Horizontes Antropológicos

44 | 2015
Cultura e Aprendizagem

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. *On the nature trail*: converting the rural into the ecological through a state tourism policy. Hauppauge: Nova Science, 2015. 162 p.

José Rogério Lopes

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/horizontes/1090
ISSN: 1806-9983

Editora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa
Data de publição: 25 Outubro 2015
Paginação: 397-402
ISSN: 0104-7183

Refêrencia eletrónica
José Rogério Lopes, « TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. *On the nature trail*: converting the rural into the ecological through a state tourism policy. Hauppauge: Nova Science, 2015. 162 p. », *Horizontes Antropológicos* [Online], 44 | 2015, posto online no dia 02 novembro 2015, consultado o 03 maio 2019. URL : http://journals.openedition.org/horizontes/1090

© PPGAS

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. *On the nature trail*: converting the rural into the ecological through a state tourism policy. Hauppauge: Nova Science, 2015. 162 p.

José Rogério Lopes*
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil

O livro de Toniol e Steil se inscreve em uma trajetória de estudos que busca convergir as esferas da experiência humana separadas pelas disciplinas científicas em campos de conhecimento. Seu principal mérito, nesse sentido, é dialogar com a experiência das caminhadas na natureza, evidenciando as transformações que tais caminhadas produzem na percepção dos que caminham, tornando-os habitantes das paisagens.

O foco impresso ao problema de pesquisa é motivador: a promoção e a realização de caminhadas na natureza entre as lavouras de produtores rurais numa região empobrecida do estado do Paraná, no Brasil, relacionam-se com uma série de transformações amplas que contribuem à constituição de um idioma ambiental, contemporâneo, que revitaliza políticas públicas e permite reconhecer alguns processos de institucionalização da questão ambiental e seus agenciamentos específicos e locais, ou gerais e globais.

À medida que os autores evidenciam como tal institucionalização se arranja em um novo modelo civilizacional (com mudanças de concepções morais, éticas e estéticas), estabelecem correspondências homólogas com as ações e projetos de atores envolvidos direta ou indiretamente na promoção de tal modelo. Essas correspondências permitem desvelar mediações que convergem para a organização das caminhadas na natureza, mas também explicitar uma diversidade de agenciamentos operantes sobre a mesma (desde instâncias estatais, organizações da sociedade civil e da população local de produtores rurais), o que possibilita reconhecer propósitos latentes e manifestos dos atores (que os autores denominam “modos de relacionar sobrepostos na experiência”) não somente na realização das caminhadas, mas também “no modo

* Contato: jrlopes@unisinos.br.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 397-402, jul./dez. 2015
http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000200017

pelo qual experimentam a caminhada, forjando sentidos do que seja ecologia, natureza e paisagens rurais".

Das homologias entre idioma ambiental e projetos como o das caminhadas às mediações e aos agenciamentos operados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Paraná, pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), pela ONG Anda Brasil, pelas prefeituras e pelos produtores rurais da região do Vale do Ivaí, vai emergindo uma constante depuração descritivo-interpretativa que opera por circunvolução, inspirada pela *landscape art*, mas também pela própria experiência dos autores-antropólogos que buscam superar dicotomias cognitivistas na apreensão dos acontecimentos que estudam e na elaboração teórica sobre os mesmos. Tal depuração se expressa na organização dos capítulos do livro, divididos em dois momentos.

No primeiro (capítulos 1 e 2), os autores inserem o leitor e o próprio estudo em uma trajetória teórica dos estudos sobre os movimentos, os deslocamentos ou as "diversas formas de mobilidade" humanas, investigadas na antropologia e além dela, para, em seguida, perquirir a inserção do fenômeno investigado em uma história de longa duração: aquela do controle social dos deslocamentos como processo civilizacional, no molde da história das mentalidades.

Esse quadro analítico inicial limpa os vestígios do terreno empírico das caminhadas na natureza, depurando-os pela processualidade impressa às concepções teóricas em análise. Em tal processualidade, os autores elaboram a passagem de um *frame* antropológico do movimento, centrado nos deslocamentos humanos aos lugares sagrados, para um *frame* dos deslocamentos analíticos sobre os movimentos humanos (como experiência contemporânea) nas paisagens que habitamos.

No bojo dessa processualidade empírico-teórica, os próprios objetos de pesquisa dos autores se expõem, em constante transformação e atualização, numa revisão que acompanha, ou persegue, as metamorfoses empíricas dos contextos de investigação pelos quais eles se movimentam. Essa revisão permite circunscrever o problema da caminhada como objeto antropológico, sobre uma tríplice constituição – como técnicas corporais, como espaço de enunciação e como modo de habitar o mundo.[1]

[1] Nessa perspectiva, o segundo capítulo do livro apresenta uma discussão sobre a inserção dos sujeitos na paisagem, inspirada na *landscape art* inaugurada por Richard Long, na década de 1960. Essa evocação não se realiza ao acaso. Tonino Betanini (1982, p. 73) já afirmou que a concepção de paisagem

No segundo momento, os autores descrevem a experiência de campo em um rico relato etnográfico de dois tempos, distintos e complementares: no terceiro capítulo, um instigante relato que circunscreve os propósitos e forças atuantes entre tais atores, em arranjos situacionais e coetâneos, onde os próprios autores são também atores dos acontecimentos e caminhantes (a repetição não coincidente, a circunvolução descritiva-experiencial-perceptiva do fenômeno vivido e suas possibilidades abertas ou problemáticas); no quarto capítulo, um relato amplo que se estende da apresentação textual dos atores, seus projetos e procedimentos envolvidos nos acontecimentos (o "estar lá" antropológico, revisitado), até uma apresentação imagética bem constelada das diversas situações que produzem o fenômeno.

Assim concebida, a organização do livro apresenta um cuidado e uma ousadia. O cuidado se faz recorrendo às opções conceituais com as quais se alinha, reconhecendo seus limites, orientações e apresentando outras possibilidades que elas excluem. A ousadia se mostra no risco dos arranjos híbridos que fazem convergir teorias orientadas para análises de fenômenos distintos, mas complementares, na explicação de um mesmo "espírito do tempo", como já afirmou Morin (1990).

E desde essa perspectiva, o estudo de Toniol e Steil evidencia que a análise situacional de fenômenos que partilham de tal "espírito do tempo" requer explicitar como os atores os experienciam desde sua "situação biograficamente determinada" (Schutz, 2003). Embora disperso no estudo, esse procedimento faz-se presente desde as descrições etnográficas em revisão no primeiro capítulo, que abordam arranjos contemporâneos diversos de peregrinação, e às vezes inusitados,[2] até a análise das motivações para as caminhadas, no quarto capítulo, onde as rupturas vividas como marcações de ciclos de vida,

se transforma, na geografia, por influência das mudanças nas artes (cenografia), nas décadas de 1950 e 1960, quando a concepção de paisagem supera a "'combinaison géographique' voltada à individualização dos elementos fundamentais do meio", e passa a ser considerada como um contexto de projeção de forças perceptivas. A transformação perceptiva da paisagem também muda a concepção de lugar. Assim, ao estudar as interações entre lugares e identidades, desde a perspectiva do turismo, Yázigi (2001, p. 17) expõe que, em um plano geral e histórico de mudanças na ocupação de um lugar, "as análises evidenciam que as identidades não são dadas pela história mais antiga, mas por aquela sedimentada como processo de construção e suas relações de força. Equivale dizer que pode ser provisória", influenciando os traços de estabilidade identitária na paisagem.

[2] Veja-se o caso da peregrinação de motos dos veteranos da guerra do Vietnã, nos EUA, elaborada por Jill Dubisch.

por exemplo, levam os sujeitos a rever sua inserção como seres no mundo. Tal recorte evidencia que a sociabilidade das caminhadas tensiona referentes de ação e de percepção, na experiência do fenômeno, apresentando uma plêiade de motivações e uma pluralidade de lógicas de ação.

Penso que esse procedimento é importante para compreender o alcance da ação social e a predisposição para a mesma, de forma que, ao abordar a identificação coletiva que se configura no projeto de ação dos sujeitos envolvidos no fenômeno, possamos desvelar se há uma reciprocidade de perspectivas operante entre os atores.

Os autores, por sua vez, evidenciam com propriedade que os atores envolvidos no fenômeno se situam institucional ou coletivamente desde perspectivas distintas: a Emater imprime às caminhadas *status* de metodologia extensionista; a Seab as percebe como mediação entre turismo e natureza; a ONG as encara como esporte não competitivo; as prefeituras veem nelas um potencial de desenvolvimento turístico com capacidade de produzir consciência ecológica, e os produtores apreendem alternativas de pensar e revitalizar a vida rural e sua estima social.[3] Entretanto, os próprios caminhantes são pouco situados nesse processo, embora a opção dos autores permita reconhecer, na configuração híbrida do projeto das caminhadas na natureza, uma idealização da intercambialidade dos pontos de vista sobre as paisagens, como um "*continuum* experiencial" (Dewey, 1971)[4] que se forma no envolvimento dos atores.

E aqui, a discussão dos primeiros capítulos mantém-se como orientação geral e central no livro, à medida que fundamenta os enunciados de outros deslocamentos, nesse *continuum*: há os modos de deslocamento ao lugar das caminhadas, influenciando a formação de grupos; há os deslocamentos pelas diferentes paisagens, nas caminhadas, possibilitando modos de conhecer; há os deslocamentos de foco sobre a natureza que orientam as mudanças das atividades da Emater,[5] entre outros. Esses distintos deslocamentos reforçam

[3] O terceiro capítulo do livro apresenta e analisa os arranjos decorrentes dessas percepções na produção de um idioma ambiental.

[4] Segundo Dewey (1971, p. 26), "[…] o princípio de continuidade de experiência significa que toda e qualquer experiência toma algo das experiências passadas e modifica de algum modo as experiências subseqüentes. Como dizia o poeta: '…toda experiência é um arco por onde entreluz esse mundo não viajado, cuja margem se perde sempre e sempre enquanto ando e caminho'."

[5] O aspecto do deslocamento de foco sobre a natureza que orienta as mudanças das atividades da Emater sugere um questionamento: na passagem da paisagem/espaço de trabalho, do produtor rural, para a paisagem apreciada pelos caminhantes, nas regiões rurais, como fica o sentido do trabalho? O idioma

a elaboração inicial do estudo, sobre uma educação para a atenção (Ingold, 2012) que supera, ou ao menos questiona, o pressuposto da precedência das representações às ações.

Outra característica marcante do livro é que ele se insere também no rol das pesquisas sobre as alternativas societárias de "reabilitação do mundo rural", frente aos modos de modernização impostos desde o "mundo urbano", ou, no sentido mais restritivo das políticas públicas, de "incremento do desenvolvimento rural", apresentando uma ruptura desse sentido, expressa no público-alvo das caminhadas: caminhantes urbanos e produtores rurais. É essa característica que abre a análise do fenômeno para as ações estatais e sua capacidade de articular projetos de desenvolvimento econômico, ecologia, agricultura familiar e turismo na promoção das caminhadas. Nessa perspectiva, emerge um cenário de atores que diversificam seus agenciamentos, como a técnica da Emater e conselheira municipal, mas onde também se estabelecem novas mediações que geram reflexividades, como aquelas que evidenciam a "passagem da natureza bruta à natureza pedagógica nas paisagens rurais" (como na passagem do terceiro capítulo, onde o caminhante pergunta sobre o produto e o produtor reflete sobre a questão e apreende o sentido do ecológico).

As constantes descrições das interações entre os atores, no livro, explicitam que pensar o idioma ambiental como agência pode auxiliar a explorar outra seara, no âmbito das políticas de turismo, ou políticas públicas contemporâneas. Trata-se da tensão entre os modelos incrementalistas e as políticas acionadas pelos implementadores, discutidos por Souza (2003).

Nesse sentido, penso que o idioma ambiental opera como "força performativa de desempenho" (Yúdice, 2006). Enquanto Yúdice registra a conveniência da cultura na elaboração dessas forças, o livro de Toniol e Steil permite registrar a ecologia, ou o idioma ambiental, como reserva disponível e conveniente de ação.[6] Isso reforça, penso, a afirmação dos autores de que o idioma ambiental se coloca mais no domínio da sintaxe que da semântica.

ambiental ressignifica o trabalho, ou, como afirmam os autores, no segundo capítulo, os arranjos da natureza apreciada desvinculam a paisagem do labor rural? Embora os autores afirmem, no mesmo capítulo, que a experiência da natureza impressa pelo ideário ecológico não anula a relação produtiva, as descrições e análises deixam transparecer que opera aí uma agência que ao menos traveste o trabalho.

[6] Veja-se, por exemplo, a exposição dos argumentos da técnica da Emater sobre seu plano turístico, no segundo capítulo.

Várias passagens do terceiro capítulo são exemplares para tanto. Desde a identificação de rastros não coincidentes, evidenciados nas diferenças entre os circuitos em que se caminha (marcados pelos procedimentos de organização), e os fluxos gerados pelas agências dos atores sobre tais circuitos (que se sobrepõem), até os arranjos nos circuitos de caminhada no município de Manoel Ribas, a ideia de agência é central.

E isso reverbera, por fim, na dimensão translocal, ou internacional, das caminhadas, de forma que elas são organizadas segundo modelos referenciados por forças performativas de desempenho, mas também redefinem a lógica de organização dos lugares, gerando disputas pela produção de uma educação para a atenção, como modos de habitar distintos em uma mesma paisagem.

Referências

BETANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DEWEY, J. *Experiência e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*: volume I: neurose. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

SOUZA, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SCHUTZ, A. *El problema de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

YÁZIGI, E. *A alma do lugar*: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.